

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY  
VILANOVA DO E. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**URGENTE**

**Apelação nº 0067381-20.2015.4.01.3400**

***GWJ BRAZIL AND LATIN AMERICA MASTER FUND LTD - GBF***, ciente da decisão que indeferiu a substituição do depósito vinculado à ação por seguro garantia, por seus advogados, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., com fundamento no art. 1.022 do CPC/15, opor os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, consoante as razões que passa a expor.

A Embargante formulou o referido pedido porque foi severamente afetada pela crise gerada pela pandemia da Covid-19. Conforme demonstrado na r. petição, os valores depositados na presente ação são fundamentais para que a Embargante possa arcar com despesas indispensáveis à manutenção das suas atividades.

Por isso, requereu-se a V. Exa. a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, com fundamento no art. 151, V do CTN, mediante a apresentação voluntária de garantia com o fim de possibilitar o levantamento dos valores depositados.

A decisão ora embargada, respeitosamente, foi obscura e omissa ao deixar de considerar que o “*rol taxativo do ar. 151 do CTN*” incluiu a hipótese de suspensão da exigibilidade no caso de “*concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial*”. Logo, uma vez que estão presentes os pressupostos para a concessão da tutela de urgência e considerando a oferta de garantia diversa, não havia impedimento, mesmo jurisprudencial, para o deferimento do pedido de substituição.

Tanto assim que esse Eg. Tribunal tem deferido pedidos idênticos, conforme se depreende da decisão proferida na PET 1008244-32.2020.4.01.0000:

*“Pretende a requerente que os valores depositados em conta judicial sejam substituídos por seguro garantia.*

*Apesar da ausência de trânsito em julgado e da sentença de improcedência, cujo recurso de apelação está pendente de julgamento nesta egrégia Corte, a tutela*

**requerida deve ser analisada tomando-se em consideração a especialíssima situação atual a que todos estamos submetidos.**

*É de conhecimento público e notório que as empresas aéreas sofrem diretamente os efeitos econômicos decorrentes da pandemia do SARS-Cov-2, a considerar-se não apenas o cancelamento de rotas de vôos nacionais e internacionais decorrentes da significativa redução de passageiros, mas por conta das restrições impostas pelos governos, mundo afora.*

*A pretendida substituição visa amenizar tais consequências, na medida em que o requerente deve arcar com o pagamento de funcionários e outras despesas necessárias à manutenção de suas atividades empresariais, ainda que em operação reduzida.*

*O egrégio Superior Tribunal de Justiça considera que: “o dinheiro, a fiança bancária e o seguro garantia são equiparados para os fins de substituição da penhora ou mesmo para garantia do valor da dívida ativa, seja ela tributário ou não tributária” (REsp 381254/PR, DJe de 28/06/2019).*

***Embora caso em exame não se tratar da substituição da penhora ou da garantia do valor da Dívida Ativa entendo que, em virtude da excepcional situação de emergência e da inexistência de prejuízo à União, que inclusive postergou por quatro meses o pagamento das Tarifas de Navegação Aérea (ID 49883197), e de modo a evitar dano grave ou irreparável à requerente, inexiste razão para afastar a substituição dos valores já depositados, pelo pretendido seguro garantia judicial.***

*(...)*

*Assim, em exame de cognição sumária da questão, vislumbro a presença dos requisitos necessários ao deferimento da tutela pretendida.*

*Ante o exposto, com fundamento nos arts. 294 e 300 c/c o art. 932, inciso II, do Código de Processo Civil, DEFIRO A TUTELA CAUTELAR para autorizar a substituição dos valores depositados judicialmente pela requerente, no montante de R\$ 129.082.015,05 (cento e vinte e nove milhões, oitenta e dois mil, quinze reais e cinco centavos), pelo seguro garantia ofertado, com a imediata liberação da referida quantia” (Doc. 1).*

Outrossim, com o devido acatamento, a decisão foi igualmente omissa quanto à situação particular na qual se encontra a Embargante, que não tem expectativa imediata de geração de caixa e, por outro lado, necessita de recursos para manter as suas atividades.

É igualmente importante registrar que a Fazenda Nacional não terá qualquer prejuízo com a substituição do depósito por seguro garantia, uma vez que serão atendidos todos os requisitos prescritos pela própria PGFN na Portaria 164/2014. Em especial, deve-se ter presente que a garantia será subscrita por seguradora autorizada a funcionar pela própria Administração e que arcará com o ônus de reintegrar o depósito caso seja intimada para tanto.

Por fim, deve-se ter presente que as medidas citadas pela decisão, embora sejam bem vindas por toda a sociedade, não atendem a necessidade financeira da Embargante.

Ante o exposto, a Embargante pugna pelo acolhimento dos presentes aclaratórios de modo que, **em caráter excepcional e urgente**, mantendo-se a suspensão da exigibilidade dos créditos, seja autorizado o levantamento do referido depósito para a conta bancária abaixo indicada (como autoriza o art. 906, § único, do CPC), devidamente atualizados pela SELIC até a data da efetiva liberação, mediante sua **substituição por seguro garantia ou carta fiança a serem emitidos nos termos das Portarias PGFN nº 164/2014 / 644/2009, inclusive, caso se entenda necessário, com acréscimo de 30%:**

*Titular: GWI Brazil and Latin America Master Fund Ltd*

*Banco: 100*

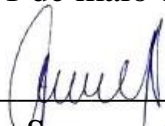
*Agência: 1 / Conta: 39604-4*

*CNPJ: 15.255.858/0001-74*

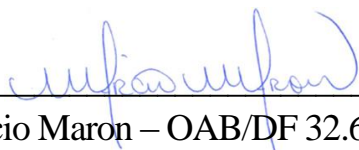
Requer, por fim, sejam todas as publicações realizadas, exclusivamente, em nome do Dr. Hamilton Dias de Souza (OAB/SP nº 20.309)

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Brasília, 11 de maio de 2020.



\_\_\_\_\_  
Júlio César Soares – OAB/DF n. 29.266



\_\_\_\_\_  
Márcio Maron – OAB/DF 32.631